

1ª QUESTÃO**MÚLTIPLA ESCOLHA**

8,000 pontos distribuídos em 50 itens

Marque no cartão de respostas, anexo, a única alternativa que responde de maneira correta ao pedido de cada item:



1. Sobre o contrato de gestão é correto afirmar:
 - (A) não tem acolhida no ordenamento jurídico brasileiro.
 - (B) é um contrato celebrado entre autarquias e visa apenas à realização de objetivos técnicos.
 - (C) foi concebido pela Constituição Federal de 1988 através da emenda nº 19, mas contém imprecisões de ordem jurídica, capazes de inviabilizar sua aplicação.
 - (D) é um contrato que só poderá ser celebrado com entidades da administração pública indireta, e apenas depois de ser regulamentada por lei ordinária.
 - (E) todas as alternativas estão erradas.

2. O Ordenador de Despesas da 6ª Região Militar, Organização Militar do Exército Brasileiro, resolveu autorizar abertura de certame licitatório na modalidade convite para aquisição de pastas suspensas. A licitação foi realizada regularmente e a compra foi feita sem celebração de instrumento de contrato. Sobre o caso é correto afirmar:
 - (A) a contratação é ilegal, pois o instrumento de contrato é exigido em qualquer contratação com o Poder Público.
 - (B) é dispensável o instrumento de contrato em casos de compras de valor compatível com a licitação na modalidade convite.
 - (C) havendo compra de objetos de baixo valor não se pode firmar contrato escrito.
 - (D) será nula a contratação, pois o instrumento de contrato é imprescindível em compras de materiais e serviços comuns, independentemente do valor da compra.
 - (E) todas as afirmativas são falsas.

3. Objetivando propor ação judicial, o servidor público federal "A" pleiteia perante o órgão em que está lotado, cópias de processo administrativo no qual foi negado pagamento retroativo de determinada gratificação que supunha fazer jus. Seu pedido não foi atendido pela autoridade competente. Sobre o caso é correto afirmar:
 - (A) a autoridade está correta ao negar as cópias, uma vez que a administração não está obrigada a fazer prova contra si.
 - (B) a administração pública não tem obrigação de disponibilizar as cópias, pois não há nenhuma lei ou princípio que a obrigue.
 - (C) é dever da autoridade administrativa exercer seu poder de autotutela, protegendo a administração de futuras ações judiciais, inclusive negando documentos.
 - (D) a negativa será justa se o processo correr em sigilo.
 - (E) todas as afirmativas são falsas.

4. Sobre a improbidade administrativa é correto afirmar:
- (A) o ato de improbidade coincide sempre com um crime.
 - (B) o sujeito ativo tanto pode ser um servidor público como um particular.
 - (C) responde o agente independentemente da existência de culpa.
 - (D) só corresponde a ato de improbidade aquele que causa prejuízo ao erário.
 - (E) só corresponde a ato de improbidade aquele que importa em enriquecimento ilícito.
5. Sobre os terrenos de Marinha do Brasil é correto afirmar:
- (A) para serem delimitados precisam ter um ponto de partida que é a linha do preamar médio.
 - (B) pertencem à categoria dos bens indisponíveis do Estado.
 - (C) compreendem as margens dos rios navegáveis, sofrem ou não a influência das marés.
 - (D) pertencem à União quando não estiverem localizados em área dos Estados.
 - (E) vão até a distância de quinze metros para a parte da terra.
6. Transgressão disciplinar é toda a ação praticada, pelo militar, contrária à ética, aos deveres e às obrigações militares, por consequência, há necessidade de imediata repressão para preservar os princípios da hierarquia e da disciplina, sendo as responsabilidades nas esferas cível, criminal e administrativa independentes entre si, consoante previsto no Regulamento Disciplinar do Exército (RDE). Dessa forma, quando em um inquérito policial militar, verificar-se que há o concurso de crime e transgressão disciplinar de mesma natureza, deve-se adotar a seguinte providência:
- (A) a autoridade militar competente para aplicar a pena disciplinar deve imediatamente aplicar a sanção disciplinar julgada cabível, conforme o RDE.
 - (B) a autoridade militar competente para aplicar a pena disciplinar deve aguardar o pronunciamento da Justiça Militar, para posterior avaliação da questão no âmbito administrativo.
 - (C) a autoridade militar competente para aplicar a sanção disciplinar deve convocar o transgressor para apresentar defesa e, se for o caso, punir conforme o RDE.
 - (D) a autoridade militar competente para aplicar a pena disciplinar deve instaurar sindicância para apurar a transgressão disciplinar e, se for o caso, punir conforme o RDE.
 - (E) a autoridade militar competente para aplicar a pena disciplinar deve considerar a questão encerrada no âmbito administrativo ao remeter o inquérito à Auditoria Militar.
7. A carreira militar é caracterizada por atividade continuada e inteiramente devotada às finalidades precípuas das Forças Armadas, denominada atividade militar. Entretanto, com base na legislação, verifica-se que aos militares da ativa é permitido:
- (A) ser sócio gerente em sociedade comercial.
 - (B) ser acionista em sociedade anônima.
 - (C) exercer atividade remunerada na iniciativa privada, fora do expediente.
 - (D) gerenciar empresa de sua propriedade.
 - (E) acumular um cargo público de professor.
-

8. Em se tratando de crimes ambientais, é correto afirmar:
- (A) é punível criminalmente a pessoa física ou jurídica que tenha causado danos ambientais decorrentes de conduta comissiva ou omissiva, independentemente de dolo ou culpa.
 - (B) a responsabilidade penal da pessoa jurídica, relativa à infração cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.
 - (C) não poderá ser aplicada a Lei nº 9.099/95, que trata do Juizado Especial Cível e Criminal, face à premissa de que os danos ambientais sempre são de grande potencial ofensivo.
 - (D) a suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a três anos.
 - (E) entre as penas restritivas de direito aplicáveis à pessoa jurídica, poderá ser aplicada a pena de liquidação forçada no caso de estabelecimento, obra ou atividade que estiver funcionando sem a devida autorização, ou em desacordo com a concedida, ou com violação de disposição legal ou regulamentar.
9. Um agente da Capitania dos Portos apreendeu um barco que transportava animais silvestres sem autorização do órgão competente. O que ele deverá fazer?
- (A) Lavrar o auto de infração e apreender os animais.
 - (B) Informar o fato a um órgão competente integrante do SISNAMA.
 - (C) Liberar a embarcação.
 - (D) Aplicar sanção administrativa no proprietário do barco e em seu condutor.
 - (E) Todas as alternativas estão erradas.
10. Augusto emprestou R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a seu amigo Lourival. No vencimento da obrigação Lourival não pagou o empréstimo. Augusto, dispondo de título executivo, ingressa com a ação de execução. Nenhum bem de Lourival é encontrado para ser penhorado. Augusto, porém, descobre que Lourival, após vencido o débito e antes de ajuizada a execução, vendeu para seu irmão Noel um apartamento que possuía, avaliado em R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Assinale a alternativa correta à luz da legislação em vigor.
- (A) O negócio jurídico de compra e venda é eficaz, não podendo, portanto, o imóvel ser penhorado na execução.
 - (B) O ato de alienação do imóvel é perfeito, mas, o adquirente se sub-rogará na obrigação frente ao credor.
 - (C) Independentemente de qualquer ação o negócio celebrado entre Lourival e Noel é nulo.
 - (D) O negócio jurídico de compra e venda do imóvel é anulável pelo vício da fraude contra credores, podendo a ação ser ajuizada contra o devedor insolvente e o seu irmão.
 - (E) Nenhuma das alternativas pode ser considerada verdadeira perante o caso proposto.
11. Não prevalecem os critérios gerais e especiais de determinação de competência indicados no Código de Processo Penal Militar, em caso de:
- (A) especialização de Auditoria.
 - (B) distribuição.
 - (C) eleição.
 - (D) desaforamento.
 - (E) prevenção.

12. Analise as afirmativas abaixo e, a seguir, marque a alternativa correta.
- I. A responsabilidade civil do empregador pelos atos de seus empregados é objetiva.
 - II. Os donos de animais respondem pelos danos que estes causarem a terceiros, a menos que provem culpa da vítima ou força maior.
 - III. Os pais podem apenas se eximir de reparar os danos decorrentes dos atos ilícitos de seus filhos menores provando caso fortuito e força maior.
- (A) Somente a II está correta.
 - (B) Somente a I e a II estão corretas.
 - (C) Somente a III está correta.
 - (D) Somente a I e a III estão corretas.
 - (E) Todas estão corretas.
13. Consumado o crime de deserção, o comandante da Organização Militar fará lavrar o respectivo termo, sendo por ele assinado e por duas testemunhas idôneas, além do militar incumbido da lavratura. A contagem dos dias de ausência, para efeito da lavratura do termo de deserção, iniciar-se-á:
- (A) a zero hora do dia seguinte àquele em que for verificada a falta injustificada do militar.
 - (B) imediatamente após verificada a falta injustificada do militar.
 - (C) após a primeira formatura em que for verificada a falta injustificada do militar.
 - (D) após vinte quatro horas da falta injustificada do militar.
 - (E) após a comunicação da falta injustificada do militar ao Juiz-Auditor.
14. O *habeas corpus* pode ser impetrado por qualquer pessoa em seu favor ou de outrem, bem como pelo Ministério Público, além disso, pode também ser concedido de ofício, se, no curso de processo, verificar-se a existência de motivo que justifique essa providência, sendo competente para concedê-lo:
- (A) Conselho Permanente de Justiça.
 - (B) Superior Tribunal Militar.
 - (C) Conselho Especial de Justiça.
 - (D) Juiz-Auditor.
 - (E) Presidente de Conselho de Justiça.
15. O militar condenado à pena de reclusão ou de detenção por tempo igual ou superior a dois anos pode ser liberado condicionalmente, porém, o livramento condicional não se aplica ao condenado por crime cometido em:
- (A) manobra ou exercício.
 - (B) operações de garantia da lei e da ordem.
 - (C) tempo de guerra.
 - (D) área sob administração militar.
 - (E) tempo de licenciamento.
-

16. A prescrição da ação penal regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime ou, sobrevindo sentença condenatória, regula-se pela pena imposta. Diante disso, em caso de pena de morte, por crime praticado durante o tempo de guerra, a prescrição se dá:
- (A) em cinquenta anos.
 - (B) em trinta anos.
 - (C) é imprescritível.
 - (D) em vinte anos.
 - (E) em dez anos.
17. Reunirem-se militares, assentindo em recusa conjunta de obediência, ou em resistência ou violência, em comum, contra superior, configura o crime de:
- (A) revolta.
 - (B) insubordinação.
 - (C) conspiração.
 - (D) motim.
 - (E) insubmissão.
18. O oficial do Exército Brasileiro sorteado para compor Conselho Especial ou Permanente de Justiça que, sem motivo legal, recusar-se a exercer a função, cometerá:
- (A) crime de insubordinação.
 - (B) conduta atípica.
 - (C) crime de resistência.
 - (D) crime contra o serviço militar.
 - (E) crime contra a administração da justiça militar.
19. Consideram-se crimes militares, em tempo de paz, os previstos no Código Penal Militar, embora também o sejam com igual definição na lei penal comum, quando praticados:
- (A) por civil contra militar em missão de garantia e preservação da ordem pública.
 - (B) por civil contra civil, em lugar sob a administração militar.
 - (C) os crimes dolosos contra a vida cometidos por militares contra civil.
 - (D) por militar em situação fora de atividade militar contra civil.
 - (E) por militar reformado contra civil, em lugar não sujeito à administração militar.
20. A implantação de política de educação para a segurança do trânsito e a fiscalização das concessões de direitos de pesquisa de recursos hídricos e minerais são da competência:
- (A) privativa dos Estados.
 - (B) comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
 - (C) comum da União, Estados e Distrito Federal.
 - (D) privativa da União.
 - (E) privativa dos Municípios.
-

21. A escolha de um diretor do Banco Central:

- (A) depende da aprovação, por voto secreto, após arguição pública de competência privativa do Senado Federal.
- (B) por ser cargo de confiança, depende apenas de ato do Presidente da República.
- (C) é da competência exclusiva do Congresso Nacional.
- (D) depende de ato do Presidente da República, a ser referendado pela Câmara dos Deputados, em votação aberta, após arguição pública.
- (E) é feita por decreto do Presidente da República e do Ministro da Fazenda, somente após aprovação do nome pelo Conselho de Política Monetária.

22. O Conselho Nacional de Justiça:

- (A) é órgão que integra o Poder Judiciário e seus membros exercem mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- (B) é uma autarquia especial vinculada ao Ministério da Justiça, porém não submetida a nenhuma espécie de controle hierárquico.
- (C) é órgão que integra a estrutura do Ministério da Justiça e tem seus membros escolhidos pelo STF e nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal.
- (D) é autarquia vinculada à Secretaria Nacional de Justiça e composta por quinze membros vitalícios.
- (E) por ser órgão de controle externo, não integra a estrutura de nenhum dos três poderes, a exemplo do que ocorre com o Conselho Nacional do Ministério Público.

23. Um oficial do Exército Brasileiro que tenha sido condenado a pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado:

- (A) ficará agregado até cumprir integralmente a pena.
- (B) perderá automaticamente o posto e a patente, caso se trate de crime praticado com violação de dever para com a Administração Pública.
- (C) será, em tempo de paz, submetido ainda a julgamento por tribunal militar de caráter permanente ou, em tempo de guerra, por tribunal especial.
- (D) perderá o posto e a patente se, na própria sentença condenatória da pena, o juiz o declarar indigno do oficialato ou com ele incompatível.
- (E) perderá de logo o posto e a patente caso a condenação penal tenha ocorrido na justiça militar.

24. A interpretação da definição legal do fato gerador:

- (A) depende da validade jurídica do ato praticado pelo contribuinte.
- (B) não depende dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.
- (C) depende da natureza do objeto do ato praticado e desde que ocorram os efeitos previstos em lei.
- (D) obedece a parâmetros distintos conforme se tratar de contribuinte ou terceiro responsável.
- (E) não deve levar em conta a situação de fato definida em lei para a sua ocorrência.

25. De acordo com a atual Constituição Federal brasileira, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:
- (A) serão equivalentes às leis ordinárias, se forem aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em turno único, por maioria de votos dos respectivos membros.
 - (B) serão equivalentes às leis complementares, se forem aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em turno único, por maioria absoluta de votos dos respectivos membros.
 - (C) serão equivalentes às leis ordinárias, tão logo sejam ratificados por decreto legislativo, por maioria de votos dos membros das duas Casas do Congresso Nacional, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal.
 - (D) serão equivalentes às emendas constitucionais, se forem aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
 - (E) serão equivalentes às leis complementares tão logo sejam ratificadas por decreto legislativo, por maioria absoluta de votos dos membros das duas Casas do Congresso Nacional, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal.
26. Em linhas gerais, a fixação e a modificação do efetivo das Forças Armadas no Brasil obedece basicamente ao seguinte procedimento:
- (A) iniciativa de membro da Câmara dos Deputados ; votação na Câmara dos Deputados ; votação no Senado Federal ; sanção do Presidente da República.
 - (B) iniciativa de membro do Senado Federal ; votação na Câmara dos Deputados ; votação no Senado Federal ; sanção do Presidente da República.
 - (C) iniciativa do Presidente da República ; votação no Senado Federal ; votação na Câmara dos Deputados.
 - (D) iniciativa de membro do Senado Federal ; votação no Senado Federal ; votação na Câmara dos Deputados ; sanção do Presidente da República.
 - (E) iniciativa do Presidente da República ; votação na Câmara dos Deputados ; votação no Senado Federal ; sanção do Presidente da República.
27. Se uma empresa vem sendo cobrada por crédito tributário da Fazenda Nacional e resolve efetuar, em juízo, o depósito do seu montante integral, daí decorre a (o):
- (A) moratória da dívida.
 - (B) concessão de medida liminar extinguindo o crédito tributário.
 - (C) parcelamento da dívida, desde que haja previsão legal.
 - (D) remissão do crédito tributário.
 - (E) suspensão da exigibilidade do crédito tributário, independente de ordem liminar.
28. Quando uma conduta criminosa constitui etapa para a realização de outra, diz-se que apenas a última deve ser punida. Tal exegese refere-se à aplicação do princípio da:
- (A) especialidade.
 - (B) alternatividade.
 - (C) subsidiariedade.
 - (D) consunção.
 - (E) fungibilidade.

29. Das causas extintivas da punibilidade abaixo mencionadas, aquela que detém o condão de apagar o crime, com efeitos *ex tunc*, é a (o):
- (A) anistia.
 - (B) indulto.
 - (C) perdão judicial.
 - (D) graça.
 - (E) perempção.
30. O tipo “prestar a criminoso, fora dos casos de co-autoria ou de receptação, auxílio destinado a tornar seguro o proveito do crime” refere-se ao (à):
- (A) tráfico de influência.
 - (B) favorecimento real.
 - (C) fraude processual.
 - (D) facilitação de descaminho.
 - (E) concussão.
31. Em relação ao trabalho de menores, segundo a Constituição Federal brasileira, pode-se afirmar:
- (A) os menores de vinte e um anos não podem executar trabalho perigoso.
 - (B) é proibido qualquer trabalho por menores de quatorze anos, salvo se na condição de aprendiz.
 - (C) somente a partir dos dezesseis anos é possível executar trabalho perigoso.
 - (D) os menores de dezoito anos não podem executar trabalho insalubre.
 - (E) somente os maiores de doze anos podem trabalhar em horas extras.
32. A vinda, ao processo civil, de todos os credores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns deles, parcial ou totalmente, a dívida comum, constitui hipótese legal de:
- (A) chamamento ao processo.
 - (B) assistência.
 - (C) nomeação à autoria.
 - (D) oposição.
 - (E) denúncia da lide.
33. No que concerne à aplicação das regras do ônus da prova no processo civil, entende-se que, estando provado o fato, a prova se incorpora ao processo, sendo irrelevante indagar-se sobre quem a produziu. Este entendimento, segundo a doutrina, configura o chamado princípio da (do):
- (A) persuasão racional.
 - (B) imediatidade.
 - (C) aquisição processual.
 - (D) *non liquet*.

(E) impulso oficial.

34. A ação de procedimento ordinário, visando anular uma certidão da dívida ativa da Fazenda Nacional, decorrente da cobrança de multa administrativa aplicada pela Delegacia Regional do Trabalho contra uma sociedade de economia mista estadual na condição de empregadora, será originariamente julgada por um:
- (A) juiz do trabalho.
 - (B) juiz federal.
 - (C) juiz estadual.
 - (D) tribunal regional do trabalho.
 - (E) tribunal regional federal.
35. O termo de deserção tem o caráter de instrução provisória e destina-se a fornecer os elementos necessários à propositura da ação penal, sujeitando, desde logo, o desertor à prisão. Entretanto, o preso será posto em liberdade se não for julgado no prazo de 60 dias a contar do (da):
- (A) início da contagem do prazo de apresentação.
 - (B) oferecimento da denúncia.
 - (C) instalação do Conselho de Justiça.
 - (D) lavratura do termo de deserção.
 - (E) captura ou apresentação voluntária.
36. Segundo a exegese do Art.843, §1º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e conforme a jurisprudência trabalhista dominante, o preposto:
- (A) não precisa ser ou ter sido empregado do reclamado, bastando que conheça dos fatos referentes à lide e possa esclarecê-los em juízo.
 - (B) deve ser necessariamente empregado do reclamado, salvo quando se trate de empresa sem fins lucrativos.
 - (C) não precisa ser empregado do reclamado, se o reclamante for trabalhador rural.
 - (D) terá de ser sempre o próprio reclamado ou seu gerente.
 - (E) deve ser necessariamente empregado do reclamado, exceto quanto à reclamação de empregado doméstico.
37. Quando o agente é perseguido logo após o ilícito penal, em situação que faça presumir ser ele o autor da infração, tem-se a hipótese de:
- (A) flagrante ficto.
 - (B) flagrante esperado.
 - (C) flagrante preparado.
 - (D) flagrante próprio.
 - (E) quase-flagrante.
38. Pela inexecução total ou parcial do contrato poderá a Administração Pública aplicar ao contratado as seguintes sanções, exceto:
- (A) advertência.
 - (B) indisponibilidade dos bens.
 - (C) multa.
 - (D) suspensão temporária de participar de licitação.

(E) declaração de inidoneidade.

39. No tocante aos processos nos Juizados Especiais Criminais no âmbito da Justiça Federal, é incorreto afirmar:

- (A) são orientados, dentre outros aspectos, pelos critérios de oralidade e celeridade.
- (B) a prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio hábil de comunicação.
- (C) destinam-se ao julgamento de infrações de menor potencial ofensivo, isto é, crimes a que a lei comine pena máxima não superior a um ano.
- (D) para a audiência de composição dos danos resultantes de ilícito criminal, o representante da entidade que comparecer terá poderes para acordar, desistir ou transigir.
- (E) nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, o Ministério Público poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, preenchidas determinadas condições e requisitos legais.

40. Todas as afirmativas abaixo estão corretas, exceto:

- (A) está afastada da sucessão hereditária a (o) companheiro(a), que não participa da ordem de vocação.
- (B) o direito de representação hereditária dá-se na linha reta descendente, na linha transversal em favor dos filhos de irmãos do falecido, quando com irmão deste concorrem, mas nunca na linha ascendente.
- (C) são considerados herdeiros necessários somente os descendentes, ascendentes e cônjuge, que obrigatoriamente receberão pelo menos 50% do valor da herança.
- (D) o testador só pode conceder ao testamenteiro posse e administração da herança se não houver cônjuge ou herdeiro necessários.
- (E) o credor pode, em nome do herdeiro renunciante, aceitar a herança.

41. Na atual sistemática do processo penal brasileiro, se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, o processo:

- (A) prosseguirá, com a decretação da revelia, devendo o juiz designar defensor público ou ad hoc para o acusado.
- (B) prosseguirá com a repetição da citação editalícia por apenas mais uma vez, suspendendo-se, enquanto isso, o prazo prescricional, sem prejuízo de antecipação de provas.
- (C) ficará suspenso, fluindo, todavia, o prazo prescricional.
- (D) prosseguirá, devendo o juiz decretar a prisão preventiva do acusado, enquanto perdurar o prazo prescricional.
- (E) e o curso do prazo prescricional ficarão suspensos, sem prejuízo de eventual antecipação de provas urgentes ou, se for o caso, decretação de prisão preventiva.

42. Em relação ao fim da sociedade conjugal, é incorreto afirmar:

- (A) somente a morte e o divórcio dissolvem o casamento válido.
- (B) inicia a contagem do prazo para o divórcio indireto a partir da sentença irrecorrível da separação judicial e/ou da separação de corpos decretada judicialmente.
- (C) somente a partir de seis meses de separação judicial consensual, os cônjuges poderão restabelecer a sociedade conjugal, inclusive alterando o regime de bens.
- (D) os cônjuges poderão requerer separação judicial litigiosa e anulação de casamento a qualquer momento, e a separação consensual após 01 (um) ano de casados.

(E) no divórcio a mulher poderá continuar usando o nome de casada.

43. Marque a alternativa falsa.

- (A) O erro quanto aos motivos não vicia, em regra, o negócio jurídico, a não ser quando nele figurar expressamente, integrando-o como sua razão determinante.
- (B) O dolo acidental é o que leva a vítima a realizar o negócio em condições mais onerosas ou menos vantajosas, não afetando sua declaração da vontade, obrigando apenas à satisfação de perdas e danos.
- (C) O dolo do representante convencional de uma das partes o sujeita à responsabilidade civil solidária, posto que ele age como se fosse o próprio representado.
- (D) Para gerar defeito a coação deve ser a causa determinante do negócio jurídico, pois deve haver um nexo causal entre o meio intimidativo e o ato realizado pela vítima.
- (E) Havendo lesão a uma das partes, o negócio será anulado mesmo que a parte beneficiada concorde com a redução proporcional do proveito, isso por que esse é um vício social que deve ser coibido em nome do interesse da sociedade.

44. Sobre a Lei de Introdução ao Código Civil é falso afirmar:

- (A) vincula o direito privado e o direito público.
- (B) não foi revogado pela Lei nº 10.406 / 2002.
- (C) está incluída na Parte Geral do Código Civil.
- (D) é conhecida como a norma das normas.
- (E) contém regra sobre a vigência e a eficácia das normas jurídicas.

45. Segundo a Constituição Federal brasileira vigente, é incorreto afirmar:

- (A) a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando se tratar de serviço público, na forma da lei.
- (B) as empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- (C) é possível que a União intervenha em um Estado para reorganizar-lhe as finanças.
- (D) o planejamento exercido pelo Estado regulador da atividade econômica, apesar de indicativo, não é determinante para o setor privado.
- (E) é possível a participação do capital estrangeiro nas instituições que integram o sistema financeiro nacional, conforme regulado em lei complementar.

46. É da competência da União, exceto a instituição de:

- (A) imposto sobre importação de produtos estrangeiros.
- (B) imposto sobre propriedade territorial rural.
- (C) imposto sobre prestações de serviços de transporte interestadual cujas operações se iniciem no exterior.
- (D) imposto sobre grandes fortunas.

(E) contribuições sociais de interesse das categorias profissionais.

47. No tocante aos direitos dos trabalhadores previstos na Constituição Federal brasileira, não é correto afirmar:

- (A) pode haver redução de salário com base em convenção ou acordo coletivo.
- (B) o repouso semanal remunerado deve dar-se preferencialmente aos domingos.
- (C) o salário-família, assegurado em razão do número de dependentes, em regra somente se aplica aos trabalhadores de baixa renda.
- (D) a duração do trabalho normal não deve ser superior a oito horas diárias ou a quarenta e oito semanais.
- (E) a lei poderá prever aviso-prévio superior a trinta dias, em razão do tempo de serviço do trabalhador.

48. Constitui característica da previdência social brasileira, exceto a (o):

- (A) organização sob a forma de regime geral.
- (B) reajustamento dos benefícios proporcionalmente ao número de salários mínimos que compuseram a renda mensal inicial, de forma a assegurar, em caráter permanente, o seu valor real.
- (C) caráter contributivo.
- (D) filiação obrigatória.
- (E) observância de critérios que assegurem a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial.

49. Na atual sistemática do Código de Processo Civil brasileiro, é incorreto afirmar:

- (A) quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.
- (B) dos despachos não cabe recurso.
- (C) o juiz não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.
- (D) condenado o devedor a emitir declaração de vontade, a sentença, uma vez transitada em julgado, produzirá todos os efeitos da declaração não emitida.
- (E) as sociedades sem personalidade jurídica, quando demandadas, deverão opor a irregularidade de sua constituição em preliminar processual na defesa, sob pena de preclusão.

50. São títulos executivos judiciais, exceto a (o)(s):

- (A) sentença arbitral.
- (B) acordo extrajudicial, de qualquer natureza, homologado judicialmente.
- (C) sentença estrangeira, homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (D) formal e a certidão de partilha, exclusivamente em relação ao inventariante, aos herdeiros e aos sucessores a título singular ou universal.
- (E) títulos executivos extrajudiciais oriundos de país estrangeiro e homologados pelo Supremo Tribunal Federal.

2ª QUESTÃO**DÊ O QUE SE PEDE**

2,000 pontos distribuídos em 2 itens

RESPONDA NO CADERNO DE RESPOSTAS ANEXO:

1. No tocante ao regime jurídico administrativo, aponte sucintamente em que consistem os seguintes princípios:
 - a) da impessoalidade.
 - b) da presunção de legitimidade ou de veracidade.
 - c) da auto-tutela.
 - d) da especialidade.
 - e) do controle ou tutela.

2. Os princípios jurídicos vinculam e obrigam, o que lhes confere o caráter normativo. Eles possuem eficácia e regulam comportamentos públicos ou privados, bem como influenciam a interpretação e a aplicação de outras normas, tais como as regras, ou mesmo os princípios derivados de princípios mais abstratos. De acordo com essa concepção responda as questões referentes aos princípios constitucionais:
 - a) Qual a diferença entre regras e princípios?
 - b) Existe hierarquia entre princípios?
 - c) Que soluções deverão ser tomadas nos casos de colisão entre princípios?
 - d) Cite um exemplo de colisão entre princípios.



FINAL DA PROVA